

MULTICULTURALISMO E IDENTIDADE SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DIFERENTES EM LUGARES E TEMPOS DIFERENTES

Gláucia Loureiro de Paula¹

RESUMO

Refletir sobre a questão do multiculturalismo é perceber a importância da diversidade cultural presente nas sociedades contemporâneas. O presente artigo trata sobre a importância do multiculturalismo na defesa e reconhecimento da diversidade cultural e traz um exemplo descrito na Bíblia, no livro de Rute. A proposta será discutida por meio de análise bibliográfica. Questiona-se: Como compreender sucessivamente o movimento pelo qual a ideia de reconhecimento está voltada à busca pela satisfação e valorização das necessidades particulares dos indivíduos, enquanto membros de grupos culturais específicos? Há possibilidade de se estabelecer uma ideia de reconhecimento que perceba o indivíduo enquanto membro de uma comunidade nacional e enquanto membro de um grupo cultural específico? O diálogo apresenta-se como categoria fundamental para essa reflexão, considerando-se a evidência de crise de relações do ser humano com a realidade social e com as diferentes tradições religiosas.

Palavras-chave: Religião. Pluralismo. Multiculturalismo. Identidade.

ABSTRACT

Reflecting on the issue of multiculturalism is to realize the importance of cultural diversity present in contemporary societies. This article deals with the importance of multiculturalism in the defense and recognition of cultural diversity and brings an example described in the Bible, in the book of Ruth. The proposal will be discussed through bibliographic analysis. The questions are: How can we successively understand the movement by which the idea of recognition is aimed at the search for satisfaction and appreciation of the particular needs of individuals, as members of specific cultural groups? Is it possible to establish an idea of recognition that perceives the individual as a member of a national community and as a member of a specific cultural group? Dialogue presents itself as a fundamental category for this reflection, considering the evidence of a crisis in the relationship of human beings with social reality and with different religious traditions.

Keywords: Religion. Pluralism. Multiculturalism. Identity.

¹Gláucia Loureiro de Paula, acadêmica do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, em Ciências da Religião (doutorado) na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Ciências da Religião-PUC GO. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Objetivo (RO); graduada em Teologia pela Faculdade Assembleiana do Brasil (GO). Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO (GO). Atualmente, Superintendente de Mulheres na Assembleia de Deus Ministério Fama, atuando como pastora. Bolsista da CAPES. E-mail: glauciadepaula7@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade em suas variadas particularidades requer pleno reconhecimento do pluralismo cultural. A irreduzível pluralidade demonstra que o que há de evidente em todas as assertivas sobre o indivíduo moderno e sua subjetividade é o fato de que a consciência cognitiva apresenta limites para a conformação da realidade (MARINHO, 2015, p. 97). A história registra que no passado os que pensavam ou viviam de modo diferente da fé de determinadas religiões, por vezes, acabavam se excluindo da convivência social.

O presente artigo trata da importância do multiculturalismo na defesa e reconhecimento da diversidade cultural, trazendo o exemplo descrito na Bíblia, no livro de Rute. A análise sobre o livro de Rute torna-se pertinente para essa discussão, mesmo que o multiculturalismo, enquanto política e paradigma, não tenha estado presente no tempo histórico no qual se narra o livro de Rute, e mesmo que as questões indenitárias sejam apontadas como sendo reflexos do tempo moderno; apesar disso, o livro de Rute dá indicativos de que a identidade já era relevante nesse período, embora a preocupação fosse com a manutenção essencialista de identidade.

A compreensão dos conceitos de religião, pluralismo, multiculturalismo e identidade se apresentam como base para o desenvolvimento da discussão pois a religião se faz presente em todo o mundo, e é inevitável que essa se mostre de forma diversificada e também com muitas distinções.

Na atualidade o reconhecimento das diferenças através do diálogo parece ser a chave hermenêutica para a supressão dos extremos que inevitavelmente resultam em conflitos. A consciência da incompletude de uma cultura encaminha para o diálogo, descortinando verdades que têm seu valor e precisam ser consideradas, visto que as culturas são dinâmicas e transformam-se constantemente. Entender este fato torna-se decisivo para nos esquivarmos de ações preconceituosas, respeitando a particularidade de cada cultura, buscando a compreensão e a solidariedade no mundo contemporâneo.

As referências multiculturais à diversidade e à pluralidade são traços de um mundo globalizado. As relações na sociedade contemporânea são instigadas a se utilizarem do diálogo a fim de ampliarem suas interações e evidenciem a solidariedade.

2 ENTENDENDO RELIGIÃO, PLURALISMO E MULTICULTURALISMO

A religião retrata a força da cultura enquanto é reconhecida como um rico sistema simbólico (OLIVEIRA, 2015, p.79). Uma vez que a religião faz-se presente em todo o mundo, é inevitável que esta seja apresentada no mundo diversificado com muitas distinções também. “O mundo não funciona apenas com crenças. Mas dificilmente consegue funcionar sem elas” (GEERTZ, 2001, p. 155). Existem muitas pessoas com crenças diferentes, e o mundo atual permite de forma muito mais imediata o encontro de “pessoas com tipos de crenças diferentes daquelas com quem se cresceu” (GEERTZ, 2001, p. 158). A religião toca o indivíduo de maneira singular, é a força indescritível que mobiliza e motiva. É experiência cujo alcance e significado não são totalmente explicáveis por doutrinas, pelas ciências e nem mesmo pelo indivíduo. Bauman (1998, p. 213) trata a religião como substituição de um inefável por outro, do compreensível pelo incompreensível, considerando que seu objetivo não é definir religião pois acredita-se não ser algo simples. Seu interesse é compreender os fenômenos da religião e religiosidade, sem destacar conceitos, mas utiliza-se da reflexão de como os mecanismos sociais podem funcionar, no caso da religião mais do que na religiosidade porque esta última é a intuição pela qual os seres humanos podem compreender os limites.

Para Geertz (2001) a religião é influenciada por experiências pessoais, influenciada pelo secularismo levando fiéis a abandonarem a fé em nome do “progresso, modernidade e liberdade de consciência” (p. 151). Há uma crítica do autor àqueles que dizem que a religião tem pura e simplesmente objetivos materiais pragmáticos e externos, bem como os que acham que religião “não passa de uma máscara e uma mistificação, um encobrimento ideológico de ambições perfeitamente seculares e mais ou menos egoístas” (p. 159). Ele reconhece a existência de coisas feitas em nome da religião, mas que na verdade não deveriam ter esse nome, e defende a religião genuína dizendo que:

A religião, sem interioridade, sem uma sensação banhada de sentimento de que a crença importa, e importa tremendamente, de que a fé sustenta, cura, consola, corrige as injustiças, melhora a sorte, garante recompensas, explica, impõe obrigações, abençoa, esclarece, reconcilia, regenera, redime ou salva, mal chega a ser digna desse nome (GEERTZ, 2001, p.159).

Nos relatos de Durkheim (1989, p.38), a religião é abordada num contexto primitivo e simples a partir de dois princípios: deve encontrar-se em sociedade cuja organização não seja ultrapassada por nenhuma outra em simplicidade, e que seja possível explicá-la sem fazer intervir nenhum elemento tomado da religião anterior. A religião antiga abordada no texto, parece ao autor, mais apta que qualquer outra para a compreensão da natureza religiosa do homem, revelando aspectos essenciais e permanentes da humanidade. Geertz (1989) analisa a religião enquanto sistema simbólico, destacando que ela “atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens”, no sentido de humanidade “através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral, vestindo essas concepções com tal aura de factualidade, que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (p. 105).

Em ambas as perspectivas, frequentemente usadas pelas ciências da religião, percebe-se portanto similaridade entre religião e cultura, pois suas características se apresentam equivalentes, como “duas faces de uma mesma moeda” (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

Para Tillich² (1959) a religião é uma dimensão necessária da vida espiritual do homem, não uma função especial, uma atividade distinta ou um aspecto particular da vida espiritual, e sim a dimensão da profundidade de todas as funções e atividades.

Nessa situação sem morada, sem nenhum lugar onde fixar-se, a religião logo compreende que não tem necessidade de buscar uma morada. Em qualquer lugar ela se sente em casa, quer dizer, na profundidade de todas as funções da vida espiritual. A religião é a dimensão da profundidade de cada uma delas; é o aspecto de profundidade do espírito humano em sua totalidade (TILLICH, 1959, p. 7).

Tillich (1959) compreende que a religião se manifesta no âmbito da moral, sob a forma da seriedade incondicional da exigência moral. Para ele a religião é a substância, o fundamento e a profundidade da vida espiritual do homem (p. 8) e, portanto, o âmbito religioso e o âmbito secular não podem ser separados, pois a religião não é um âmbito, uma região particular, mas a dimensão da profundidade. A

² Tillich faz parte da Neo-ortodoxia, que resistiu à Teologia Liberal, mas, infelizmente, manteve os principais pressupostos daquela corrente teológica. Contudo, a sua contribuição na busca do conceito de religião é muito positiva para essa pesquisa.

religião não é uma função como as outras, mas é a orientação que sustenta todas as funções do espírito na direção do incondicionado³ (p. 9).

Por pluralismo religioso entende-se

[...] uma forma de resistência ao processo de homogeneização e universalização por parte de uma determinada religião e chama a atenção para os aspectos da multiplicidade, da diversidade e da validade das experiências religiosas de outros povos e culturas (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

Campos (1997, p. 3) diz que as últimas décadas do século XX foram caracterizadas por movimentos filosóficos teológicos que romperam com tudo que, historicamente, é tido como verdade fundamental, da qual não se pode abrir mão. Ele identifica o pluralismo como um movimento ético, religioso e teológico. No pluralismo não existe uma verdade absoluta e nem existe uma religião verdadeira.

Para a teologia cristã o pluralismo religioso constitui-se como um desafio exigindo dela um novo modo de refletir sobre si mesma e repensar seus pressupostos hermenêuticos, por ser um debate complexo. Campos (1997) descreve que, no início do século XIX Schleiermacher, começou a questionar o exclusivismo do cristianismo que dizia ser Jesus Cristo o único caminho para a vida. O problema da diversidade religiosa estava levantado. “O cristianismo passou a ser questionado como a única saída para os problemas humanos” (p. 4), o Deus imanente do cristianismo não pertencia somente ao cristianismo, mas pertencia a todas as culturas religiosas do mundo. No final do século XIX e no começo do século XX começou a haver o diálogo com outras religiões, o pluralismo abriu suas portas no período moderno mas desenvolveu-se no período pós-moderno.

Essa discussão possui várias vertentes, e uma delas acredita que o multiculturalismo é uma característica da atualidade. Isso encaminha a compreensão de que o pluralismo religioso encontra-se profundamente relacionado ao multiculturalismo

O multiculturalismo, por sua vez, apresenta-se como um fenômeno que agrega valores às sociedades de forma a garantir a harmonia jurídica e social diante da

³ Tillich esclarece que o termo ‘incondicionado’ indica o elemento de toda experiência religiosa que a torna propriamente tal. Todo símbolo do divino exprime uma exigência incondicionada, como no solene mandamento: ‘Ama o Senhor teu Deus de todo o teu coração e com toda a tua alma e com toda a tua mente’. Não se admite que se possa amar a Deus de maneira parcial, limitada e condicionada. O termo ‘incondicionado’ é uma abstração com origem na máxima bíblica ou da grande literatura religiosa. O incondicionado é uma qualidade, não um ser. Caracteriza aquilo que é nosso interesse último, e, por isso, incondicionado. Seria um grave erro encarar o incondicionado como um ser cuja existência possa ser posta em discussão (GIBELLINI, 1998, p. 87).

diversidade cultural que constitui seu principal lema de defesa e proteção. Falar em multiculturalismo implicaria discutir as culturas e a sua influência no decorrer da história. A noção de multiculturalismo é hoje cada vez mais utilizada, não somente nos meios acadêmicos e políticos, como no cotidiano, por uma gama variada de pessoas, estando seu significado associado a diversos sentidos, o que faz com que essa proliferação do termo não contribua para estabilizar ou esclarecer seu significado (HALL, 2003, p. 51).

O multiculturalismo é a teoria do reconhecimento do outro e da luta contra todas as formas de homogeneização; o multiculturalismo está para o pluralismo religioso como a religião está para a cultura. Apresenta-se desafiadora a procura por modelos sociais que se adequem à cultura atual, enquanto o debate tem sido extenso, complexo e, portanto, distante de uma solução definitiva. Por serem as sociedades multiculturais, suas configurações dependem e se vinculam ao contexto histórico, social, político e cultural. Candau (*apud* OLIVEIRA, 2015, p. 80) destaca que “cada contexto cultural e histórico enfatiza determinados aspectos e determinadas concepções na construção de sua formação transcultural”. É preciso situar as religiões no tempo e no espaço. “Não basta adotar uma visão multicultural, é necessário perceber quais são as concepções que regem essa visão” (OLIVEIRA, 2015, p. 84).

3 A IDENTIDADE CULTURAL E A POLÍTICA DE RECONHECIMENTO

Um dos grandes desafios das sociedades multiculturais é o reconhecimento de diferentes identidades. No multiculturalismo há uma mescla de visões de mundo e de valores. Há uma preocupação para essa busca de identidade, por ser um termo muito explorado nos últimos tempos, sendo obrigado a ficar a serviço desta ou daquela causa, desta ou daquela teoria, desta ou daquela desculpa.

Gutmanm (1998) e Marinho (2009) dialogam sobre identidade e política de reconhecimento, a partir da análise de algumas perspectivas sociológicas da atualidade, mostrando o percurso da identidade moderna em um mundo que caminha em meio ao multiculturalismo e à política de reconhecimento. É um tempo de resistência e confronto entre a cultura como se desenvolveu historicamente em relação aos princípios da modernidade e à perda da confiança no potencial dessa modernidade (GUTMANN, 1998, p.23). Há um grito por ressignificação dessa

memória cultural, que encaminhou ao uso do termo pós-modernidade com a intenção de definir as condições sócio-cultural e estética do capitalismo contemporâneo.

Alguns conceitos de identidade são descritos por Marinho (2009) a partir de autores que buscam redescobrir particularidades das diferenças mostrando a pós-modernidade como uma reação cultural, e uma insegurança no potencial do projeto iluminista, o que desencadeia um novo relacionamento entre culturas locais e cultura global (MARINHO, 2009, p. 83).

Para Bourdieu (1989), identidade é uma construção que passa pelas malhas da individualidade, mobilizada pelos indivíduos em suas relações sociais, rejeitando a ideia de que o fenômeno social é apenas produto de ações individuais, mas elabora-se através de uma construção fenomenológica que busca a interação entre os agentes e as instituições para se chegar a uma estrutura histórica que se impõe sobre pensamentos e ações, interiorizadas por agentes sociais que as atualizam e produzem no processo histórico-social. A própria sociedade estabelece os limites. Questões sobre a eventualidade e o modo de reconhecimento político dos grupos culturais figuram entre as mais proeminentes e desagradáveis dos programas governamentais de muitas das atuais sociedades democráticas e democratizantes (GUTMANN, 1998, p. 22). Os cidadãos pagam o preço de viverem em uma sociedade que os trata como iguais, independentemente de suas próprias identidades étnicas, religiosas, raciais ou sexuais.

Para Hall (2006), a temática Identidade e Religião – pós-modernidade, é debatida com o objetivo de explorar algumas das questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia e avaliar se existe uma "crise de identidade", em que consiste essa crise e em que direção ela está indo. Hall afirma que as identidades modernas estão sendo "descentradas" (p.8), isto é, deslocadas ou fragmentadas. Seu propósito é o de explorar esta afirmação, ver em o que ela implica, qualificá-la e discutir quais podem ser suas prováveis consequências.

O autor apresenta três concepções de identidade do sujeito ao longo dos séculos: sujeito do iluminismo, em que o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa; sujeito do sociológico, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade; e sujeito pós-moderno, em que o sujeito é contextualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006, p. 10,11). Tendo em vista a distinção apresentada por meio dessas três concepções de identidade, o

autor aponta a mudança ocorrida na modernidade tardia, a qual está intrinsecamente vinculada à questão da identidade do sujeito. Para ele as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas.

O que Hall apresenta é, em certa medida, a tensão entre o "global" e o "local" na transformação das identidades. Ele mostra a globalização como tendo um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.

Para Taylor (1998), as reivindicações de reconhecimento público de identidade são mais problemáticas do que simplesmente o desaparecimento da aristocracia, ou o fim das hierarquias sociais. O autor chama a atenção para o olhar de Jean-Jacques Rousseau, de satisfazer a necessidade de reconhecimento público, transformando a igualdade humana em identidade. A política de reconhecimento de Rousseau desconfia de toda diferenciação social e é, simultaneamente, receptiva às tendências homogeneizantes, de uma política da bondade comum, em que a bondade reflete a identidade universal de todos os cidadãos. Para Rousseau (*apud* GUTMANN, 1998, p.25), as democracias liberais não podem considerar a cidadania como uma identidade universal englobante pois as pessoas são indivíduos únicos, auto formantes, criativos, portadores de cultura, e a cultura de cada uma delas difere conforme suas identificações passadas e presentes.

Appiah (*apud* TAYLOR, 1988) trata da questão da identidade e do reconhecimento como identidades sociais coletivas (sexo, religião, etnicidade, raça, sexualidade). Cada uma dessas identidades sociais tem experiências diferentes, em lugares e tempos diferentes. Para Appiah (1988), "O fato dessas identidades serem importantes para nós por razões heterogêneas devia fazer com que cuidadosamente não assumíssemos que o que é válido para um é válido para todos" (p. 167).

O centro da discussão de Taylor (1988) é a identidade individual. A ligação entre a identidade individual e estas identidades coletivas, para Appiah é vista como tendo duas dimensões: dimensão coletiva que é a intersecção das suas identidades coletivas e a dimensão pessoal que consiste em característica social ou moralmente importantes (inteligência, charme, perspicácia, cobiça), que não são elas próprias as bases das formas de identidade coletiva. A distinção entre uma e outra é por assim dizer, uma distinção sociológica mais do que lógica. "Existe um determinado modo

de ser que é o meu modo. Sou chamado a viver a minha vida deste modo... Se não sou (verdadeiro para comigo), perco o sentido da minha vida” (TAYLOR, 1988, p. 30).

[...] a sobrevivência é perfeitamente consistente neste sentido relativamente a autonomia, de outro modo toda sociedade genuinamente liberal teria que morrer numa geração. Se criarmos uma cultura que os nossos descendentes irão querer continuar, a nossa cultura sobreviverá neles. Valorizar a autonomia é respeitar as concepções dos outros. Em suma, as identidades coletivas fornecem o que podemos chamar manuscritos: narrativas que as pessoas podem usar ao moldar os seus planos de vida e ao contar as histórias de suas vidas (APPIAH *apud* TAYLOR, 1988, p.174, 175).

Para Marinho (2009, p. 83), a perspectiva identitária está vinculada diretamente à experiência moderna no que diz respeito ao modo específico de organização social, uma compreensão particular de mundo e de natureza que define a posição do homem diante do mundo, diante de si mesmo e do outro. A diversidade de maneiras que os indivíduos dão conta de sua trajetória, através de sua biografia, e o contexto de socialização que envolve categorias que identificam o indivíduo no espaço social, apresentam uma identidade pessoal e uma identidade social.

Dessa forma, o multiculturalismo se transforma em área de concepção de lutas por reconhecimento da existência de pluralidade de valores e diversidade cultural, constituindo, em alguns países ocidentais, terreno de debates e polêmicas intermináveis, confrontando diferentes ideologias quanto aos modos de promover igualdade de oportunidades e o reconhecimento do direito a diferença (MARINHO, 2009, p. 104).

4 IDENTIDADE: EXPERIÊNCIAS DIFERENTES EM LUGARES E TEMPOS DIFERENTES

O multiculturalismo, entendido como a situação de convivência de grupos diferenciados culturalmente sob um mesmo território, não é um fato novo, mas vem ganhando expressão diante dos processos de deslocamentos humanos, principalmente nestes tempos globais, o que se pode denotar numa série de acontecimentos que ocorrem nas sociedades contemporâneas como reflexo desta situação multicultural, tais como a existência de uma pluralidade de culturas criada pelos movimentos migratórios. O reconhecimento de diferentes identidades apresenta-se como questão de discussão não apenas na contemporaneidade, mas

acompanha a história da humanidade desde os tempos antigos. Embora o termo multiculturalismo seja moderno, a realidade multicultural está muito presente na Bíblia. A Bíblia Sagrada relata a história de Rute, e essa contada no livro que recebe seu nome. A protagonista é Rute a moabita, embora a lei em Dt 23.3-4 proibira claramente a presença de moabitas e amonitas na comunidade de YHWH⁴. A relação para com moabitas e amonitas é ambivalente. Moabe e Amom têm grau de parentesco com Israel via Ló, sobrinho de Abraão. Mas o simples fato de sua descendência ser incestuosa evidencia claramente a tendência ao distanciamento em relação a eles (Gn 19.30).

Rute, porém, uma mulher excluída e estrangeira, foi capaz de fazer uma proposta que respondia ao problema de fundo. O amor que leva Rute a resgatar a identidade, o sentido comunitário, a alegria de viver, a fé, a esperança e o futuro do povo de Noemi (Rt 4,11-16) (*sic*). Ela, a excluída, entrega sua vida para a reconstrução de um povo estrangeiro que ela assume como próprio. Na aliança que fez com Noemi ela assume o destino dela, que também passa a ser o seu (LOPES, 1997, p. 113).

O texto de Rute, de fato, aponta para diálogo, para acolhida, mas, também, aponta contra a rejeição da ideia de pluralismo religioso. Rute é acolhida como foi, ao abraçar a fé que sua sogra lhe apresentou, e por ter dedicado sua vida a YHWH. Gundry (2008, p. 102) diz que, embora marcado por seu espírito intensamente nacionalista, o judaísmo atraía prosélitos gentios, plenamente convertidos e tementes a Deus, dispostos a praticar o judaísmo. Buckland (1993, p. 363) define prosélito como “um estrangeiro”. Era o nome que os judeus davam àqueles que não eram judeus por nascimento, mas que vinham viver no seu país, colocando-se sob a proteção do Senhor, e também eram chamados prosélitos os que abraçavam a religião judaica noutras terras. Durante toda a história israelita, pessoas não-judias tornaram-se prosélitos, ou seja, abraçaram o judaísmo, com efeito afirmando sobre os judeus o que a moabita Rute dissera a Noemi: “Mas Rute disse: ‘Não insista comigo para abandoná-la, para deixar de acompanhá-la; pois, aonde a senhora for,

⁴ Para o nome divino, usaremos sempre o tetragrama original e esta palavra nas Bíblias normalmente é traduzida por “senhor”, “Jeová”. Os hebreus pronunciavam “Adonai”. YHWH tempo de verbo hebraico que implica continuidade (o tempo chamado “imperfeito”) e com as suas vogais se lia Yahaweh ou Yahweh. Sua significação era provavelmente “Aquele que é” ou “Aquele que será”, sugerindo plena vida com infinitas possibilidades. Para isso há a seguinte explicação: quando Moisés quis informar-se a respeito do nome de Deus, foi esta resposta: “O Ente, ‘Eu Sou o que Sou’, ou ‘Serei o que Serei’ me mandou vir ter contigo”. Este nome significa, então, o Ser que subsiste por Si, o qual proverá a respeito do Seu povo (BUCKLAND, 1993, p. 211).

eu irei, e onde a senhora passar a noite, eu passarei a noite. Seu povo será o meu povo, e seu Deus será o meu Deus” (Rt 1.16).

Alguns rabinos do período talmúdico interpretaram a resposta de Rute à ordem de Noemi de retornar a casa de seus pais, como uma decisão de se converter ao judaísmo (ALANATI, 2008, p. 74). Rute é o protótipo do prosélito justo, que abraça o judaísmo e o povo judeu por amor e convicção, e escolhe abdicar de práticas e crenças pagãs para residir em um lar que contém palavra da *Torá* em suas portas e praticar seus mandamentos.

Nessa história dois pontos de vista diferentes são esclarecidos. O primeiro está relatado nos livros de Esdras e Neemias que imaginavam um Israel exclusivo que é interpretado nas linhas genealógicas e religiosas. O segundo está nos relatos do Livro de Rute onde a solidariedade com o povo de Israel e o culto de YHWH são aceitos por estrangeiros. Ambos os lados estão preocupados com a identidade de Israel e a lealdade a YHWH, mas levantam uma bandeira diferente para defender a inclusão ou exclusão de estrangeiros. O testemunho de Rute, com o apoio de Noemi e das mulheres de Belém, foi tão significativo que se tornou um texto do cânon bíblico (FERREIRA, 2020, p. 444).

Esdras e Neemias consideram os casamentos mistos como uma séria ameaça à identidade de Israel e justificam a expulsão das estrangeiras com base no Livro de Moisés. O Livro de Rute propõe uma interpretação alternativa da *Torá* desde as planícies de Moab e a exegese vem pela pessoa de Rute a Moabita.

Rute a Moabita encontrou sua pátria em Israel. Ela foi uma estrangeira despatriada que abandonou sua parentela para viver em terras estranhas. Em Rt 2.11 Boaz usa uma frase que destaca essa situação: “me contaram que você deixou seu pai e sua mãe”. A imigração de Rute não se deu por uma causa qualquer. O texto diz que “houve fome no seu país” (Rt 1.1).

De Vaux (2003, p.100) comenta que ao final da monarquia havia se multiplicado em Judá o número de estrangeiros e era preciso cuidar deles. Sugere-se que houve um trânsito frequente de refugiados vindos do antigo Reino do Norte, e estes se integravam facilmente entre os parentes de raça e partidários da mesma fé. Os estrangeiros residentes ou de passagem, ofereciam seus serviços, como Jacó havia feito na casa de Labão (Gn 29.15-30), mas a verdade é que a situação dos assalariados era difícil e havia patrões injustos que não lhes davam o que era devido (Jr 22.13). Porém eles usufruíam de certa proteção legal (Lv 19.13).

Em Israel as mulheres estrangeiras eram consideradas como ameaça religiosa. Em Nm 25.11ss é relatado que os israelitas se deixaram seduzir por mulheres moabitas para adorar Baal-Peor. Esdras e Neemias, no pós-exílio, exigem dos israelitas não se casarem com estrangeiras (Ne 13) e mais, romperem matrimônios mistos existentes (Ed 9). “Esse aspecto da teologia e ética pós-exílica se explica a partir do fato de que, após a catástrofe de 587 a.C., o exílio e o retorno para a pátria, Israel está preocupado em manter ou recuperar sua identidade própria” (KLEIN, 2011, p. 201). O povo escolhido está interessado em se distanciar dos demais povos.

No livro de Rute, a observância religiosa é primordial, bem como a preocupação com a identidade de Israel e o culto a YHWH; porém, atos de solidariedade se apresentam como evidência de uma possível interpretação da identidade de Israel como adesão religiosa, independente da genealogia. A lealdade e a solidariedade dos estrangeiros deveriam ser acolhidas (SOARES, 2019, p.6).

Marinho (2015, p.97) fala sobre as relações entre indivíduo e sociedade, entre o sujeito e a consciência coletiva, mostrando que “grande parte do discurso sociológico pressupõe que a flexibilidade individual levaria os agentes a abandonar suas pertencas comunais”. Rute alcançou essa reflexividade, ela abandonou o seu povo. Marinho (2015) também indica que essa tese é, atualmente refutada, no bojo do multiculturalismo, porque a racionalidade mostrou-se insuficiente para substituir os laços de pertença comunal em muitos casos.

Lobosco (2005, p.22-23) diz que o livro de Rute traduz de forma emblemática a dimensão solidária da cultura dos tempos vetero-testamentários. Ele destaca que, mais que uma característica sócio afetiva, o povo israelita manifesta toda sua força e valor sob os aspectos de ordem religiosa.

5 CONCLUSÃO

Uma vez que a religião se faz presente em todo o mundo, é inevitável que esta seja apresentada no mundo diversificado com muitas distinções também. Os conceitos de religião defendidos pelas ciências da religião apresentam similaridade entre cultura e religião, tendo o multiculturalismo como um fenômeno que agrega valores às sociedades de forma a garantir a harmonia jurídica e social diante da diversidade cultural, enfatizando a resistência ao processo de homogeneização e

universalização por parte de uma determinada religião, descrevendo assim o pluralismo religioso.

Contrapondo esse enfoque sociológico de religião, a leitura teológica cristã compreende que a religião se manifesta no âmbito da fé em Jesus Cristo. Essa perspectiva, de acordo com Keller (2014), concorda que é preciso, sim, contextualizar com determinada cultura, porém sem comprometer a essência e as particularidades do próprio evangelho de Cristo. De acordo com a teologia cristã, “a contextualização saudável mostra que os enredos de suas histórias só podem ter final feliz em Cristo” (p. 108).

Para a interpretação teológico-cristã, trazemos a cultura junto com a interpretação e nessa o diálogo torna-se fundamental para a discussão nas sociedades multiculturais, mas a Bíblia é a base para tal interpretação. “A contextualização fiel, portanto, deve adaptar a comunicação e a prática de todo ensino bíblico a uma cultura (KELLER, 2014, p. 112). O convite do evangelho é para todos. É, de fato, um convite para a vida humana em plenitude, plenitude que só pode ser alcançada única e exclusivamente em Cristo, afirmação essa que a corrente sociológica da religião discorda. No caso da história de Rute, foi possível se estabelecer uma ideia de reconhecimento de Rute enquanto membro de uma comunidade nacional, porém foi necessário a ela abraçar o Deus verdadeiro e sua graça salvadora, abandonando alguns aspectos culturais de sua terra de origem, como por exemplo adoração a outros deuses.

O diálogo é o instrumento fundamental na esfera das sociedades multiculturais e deve levar as pessoas a se abrirem à solidariedade entre todos em um mundo marcado por desequilíbrios sociais e pelo sofrimento humano.

A história de Rute tem muito a nos ensinar na atualidade, torna-se um modelo de como iluminarmos os problemas tais como a solidariedade entre pessoas em condições sociais mais complicadas, luta contra a opressão, pobreza. O livro de Rute serve de testemunho de que mudanças sociais e legais são possíveis e encaminham para a desconstrução das discriminações e diferenças. Entende-se que o cristianismo não deve ser imposto de forma autoritativa sobre outras religiões, Rute abraça espontaneamente a fé que sua sogra lhe apresentou.

O mundo cristão ocidental, sempre defendeu o direito de outras crenças e o respeito mútuo. Nos países cristãos, principalmente nos países em que a religião protestante predominou, houve liberdade para o multiculturalismo. O evangelismo é

uma oferta livre da graça salvadora, num contexto de ampla liberdade de opção. Espera-se de cristãos conservadores que tenham mais tolerância para com as outras manifestações religiosas (culturais), e que abandonem tendências de manifestações de ódio e orgulho cultural, e continuem apresentando o evangelho da graça salvadora de Cristo.

REFERÊNCIAS

- A BIBLIA. **Bíblia Sagrada de João Ferreira de Almeida**. Ed. rev. e corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
- ALANATI, Leonardo. Leituras rabínicas do livro de Rute. **Estudos Bíblicos**, nº 98, Petrópolis: Vozes, 2008. p. 72-76.
- APPIAH, K. Anthony. Identidade, Autenticidade Sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social. *In*: TAYLOR, C. (org.). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Religião pós-moderna? *In*: BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 205-230.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BUCKLAND, A.R. **Dicionário Bíblico Universal**. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- CAMPOS JUNIOR, Heber Carlos de. O pluralismo do pós-modernismo. **Fides reformata**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-22, 1997. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/02/1_O_Pluralismo_do_Pos-Modernismo_Heber_Campos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.
- DE VAUX, Roland. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- DURKHEIM, Émile. Religião e Categorias do Intelecto. *In*: DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989. p.27-79.
- FERREIRA, Joel. A preferência de Yahweh foi pelos detentores do poder (Esd 9-10) ou pelos humilhados (Rute)? Uma glosa que quis mudar tudo (Rt 4,17d-22). **Rev. Pistis Prax, Teol. Pastor**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 443-460, maio./ago., 2020.
- GEERTZ, Clifford. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. *In*: GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.149-165.
- GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.
- GUNDRY, Robert Horton. **Panorama do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

GUTMANN, AMY. Introdução. *In*: TAYLOR, C. (org). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998. p. 21-24.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KELLER, Timothy. **Igreja centrada**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

KLEIN, Renate Andrea. Todas as pessoas são estrangeiras em quase todos os lugares: aspectos da Teologia pós-exílica nos exemplos de Rute e de Jonas. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 51, n. 2, p. 196-212, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/203/222>. Acesso em: 05 out. 2020.

LOBOSCO, Ricardo Lengruber. A solidariedade Familiar. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 85, p. 22-29, 2005.

LOPES, Mercedes. Aliança pela vida. **Ribla**, Petrópolis, n. 26, p. 102-112, 1997.

MARINHO, Thais Alves. Os caminhos da Identidade em um mundo multicultural. **Revista Fórum Identidades**, v. 5, p. 81-107, 06 ago. 2016. 2009. DISPONÍVEL EM: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/>>. Acesso em: 05 out. 2020.

MARINHO, Thais Alves. Subjetividade e memória social. **Rev. Arquivos do CMD/Unb**, Brasília, v. 4, nº 1, p. 96-111, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/9173/8162>>. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Irene Dias de. Pluralismo religioso e multiculturalismo. *In*: **Religião e as teias do multiculturalismo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, p.79-89.

SOARES, Elizangela A. A moabita e a metáfora do “outro”: Rute como modelo cultural de solidariedade. **Caminhando**, São Paulo, n. 1, v. 24, p. 59-78, 2019.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. *In*: TAYLOR, Charles (org). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998. p. 45-94.

TILLICH, Paul. **Theology of culture**. New York: Oxford University Press, 1959.